

Jaraguá/GO: um caso de Território?

Flávio H. S. Seixas

Mestre em Economia (UFU); Gestor Fazendário/Gerente Econômico (SEFAZ/GO). Professor da UNIP/Goiânia. Email: flavio-hss@sefaz.go.gov.br

Adriano de C. Paranaíba

Mestre em Agronegócios (UFG); Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Email: Adriano.paranaiba@ifg.edu.br

Resumo: Este artigo tem a finalidade de analisar o desenvolvimento recente do município de Jaraguá, sobretudo no período de 1999 a 2012, buscando identificar se tal desenvolvimento pode se enquadrar nas experiências de desenvolvimento endógeno que poucas regiões foram capazes de alcançar. Para o desenvolvimento da análise, buscou-se avaliar indicadores tanto econômicos como sociais com vistas a confirmar ou não a identificação de uma cultura cooperativa na comunidade local que seja capaz de alicerçar uma trajetória de desenvolvimento virtuosa. Os resultados demonstraram crescimento vigoroso econômico da região acompanhado de melhorias significativas sociais, bem como manutenção dos setores ligados à indústria têxtil como os perpetuadores do desenvolvimento da região ao longo do período de crescimento acentuado, sugerindo seu enquadramento como uma experiência bem sucedida de desenvolvimento endógeno.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais; Desenvolvimento; Território.

Introdução

As questões relacionadas ao espaço e ao território, nos estudos de diagnóstico e proposições de políticas públicas voltadas ao entendimento de desenvolvimento endógeno regional, após o grande movimento em 1950 do pensamento de desenvolvimento regional, ganham força com as novas concepções após a década de 1990. Este novo olhar ao território sob a ótica do desenvolvimento econômico é fortalecido com surgimento do uso do termo APL – Arranjos Produtivos Locais – que, principalmente após a criação da

REDESIST¹ – após 1997, ganha um caráter científico em sua abordagem, no arcabouço do estudo do pensamento local e global.

Dessa forma, este artigo busca definir a territorialidade dos APL e verificar se o desenvolvimento alcançado, através do Arranjo Produtivo de Confeções – presente na região do município de Jaraguá, estado de Goiás, pode ser compreendido a partir do enfoque territorial. Para tanto, serão levantados conceitos de territorialidade e de arranjos produtivos e suas vertentes e nuances. Seguidamente, um levantamento de informações que possam ser trabalhadas estatisticamente, para que o resultado da análise, dos mesmos, seja confrontado com as definições de territorialidade, e por fim responder a questão de pesquisa que norteia este trabalho.

Os autores acreditam que o município de Jaraguá, e demais municípios que definem sua região, conseguem, através da atividade de confecções, apresentar um desenvolvimento endógeno, sendo este alavancado pela consolidação do Arranjo Produtivo Local, fator de dinamização da economia da região.

¹ Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.

1 - Territórios: Definições e Origens

A definição de territorialidade apresenta diversidade de conceitos, apresentando convergências e divergências. Tais divergências se dão pela diversidade de ciências que estudam a formação de territórios, seja na ótica da geografia, economia, sociologia, arquitetura, urbanismo, demografia, cartografia e engenharias², o que, para ORTEGA (2008, p. 51) dá ao conceito de território um “caráter polissêmico”. Para o estudo em questão, observa-se, que, dentro das ciências citadas existem pontos de convergências, que rapidamente serão abordados.

Territorialidade, para CASSILOATO e SPAZIRO (2003), “não pode ser definida meramente como localização da atividade econômica”. A formação de territórios está vinculada a interdependências específicas, seja por meio de ativos pertencentes à região – como os tidos por vantagem comparativa inerente à geografia do local, seja por práticas ou relações que não se conseguiria disponibilizar, ou rapidamente imitar (CASSIOLATO e SPAZIRO, 2003). Estas especificidades, que determinada região apresenta, podem ser presentes na região, mais vinculadas às questões da localização desta especificidade, ou induzida, pela organização dos agentes

econômicos atuantes na região, sejam estes internos ou externos às mesmas.

Assim, o que percebemos, é que, além das questões geográficas, há a existência de vínculos de aglomerações de empresas – e não só uma empresa dinamizando a economia - “resultando em processos de cooperação e aprendizagem [...] à geração de competitividade empresarial e capacitação social” (LEITE e OLIVEIRA, 2007, p.697). Para PUTNAM (2000) as aglomerações provocam efeitos positivos aos concorrentes, tanto por causa dos efeitos de aglomeração interna, como pelas trocas informais, emulações e outras interações, como já demonstrara MARSHALL (1919, apud ORTEGA 2008, p.57). É esta atmosfera aglutinadora de forças em favor do desenvolvimento territorial que engendrará o desenvolvimento endógeno, mas para tal ocorrer dependerá de elevado grau de capital social, o que definirá o sucesso ou fracasso das políticas públicas de desenvolvimento. PUTNAM (2000 p. 177) define como capital social o “capital” que: diz respeito a características de organização social, como a confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Como

² Para uma compreensão do enfoque que cada ciência define por território ver: *Olhares sobre a cidade e a região*. In: Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada: diagnóstico e políticas de redução das desigualdades regionais. Ipea – Brasília, DF: Ipea, 2010

consequência, utiliza-se a noção de território como uma “construção territorial e pressupõe um projeto (de escala regional/territorial) concertado socialmente e detonador do desenvolvimento” (MOHAR, 2008, p.25).

Os aglomerados produtivos de um território recebem algumas definições, que os autores diferenciam entre Clusters, Sistemas Produtivos Locais (SPLs) e Arranjos Produtivos Locais (APLs), divergindo em relação à sua complexidade. Para tanto, a definição de APLs, um aglomerado em estágio inicial, entende-se:

[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos mesmo que incipientes. [...] Incluem diversas outras instituições públicas e privadas.” (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p.27).

A formação destes aglomerados, muitas vezes ganhando competitividade frente às grandes economias, tradicionais nas atividades que estão envolvidas, tem suas origens no surgimento das correntes neoliberais – em especial na América Latina – advindo do enfraquecimento dos sistemas de planejamento nacionais, por “incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 1992). Esta deterioração do modelo fordista de produção, conforme BENKO (2002), abre espaço a uma busca de escapar da crise fordista através da flexibilização provendo novos paradigmas na configuração da geografia econômica.

As pressões competitivas e a luta por um melhor controle do trabalho levaram ao

surgimento de formas industriais totalmente novas ou à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de 'deslocamento' para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos (HARVEY, 1992, p.149).

Esta flexibilização é responsável por um processo de desregulamentação da economia que, para ORTEGA (2008), marcou a economia nacional na década de 1990, e, mesmo com a redução da participação do Estado na economia, a sociedade civil organizada – por meio de atores locais – consegue ocupar esta lacuna, muitas vezes por falta de alternativas e políticas de incentivos. Os APLS, assim, se enquadram na aplicabilidade desta flexibilização produtiva, tidos como instrumentos da aplicação deste raciocínio de substituição do desenvolvimento guiado pelo Estado, dando lugar a um desenvolvimento endógeno nas regiões, com governança, instituições sólidas e capital-social (IPEA, 2010, p.147).

No processo histórico brasileiro, há um adensamento das estruturas territoriais “locais” a partir da década de 1980, com a prática de guerra fiscal entre os Estados da Federação. Ademais, a própria instituição da Constituição de 1988, representa um forte instrumento de descentralização, não só político-administrativa, como também orçamentária – transferindo às regiões a responsabilidade de combate à pobreza e à exclusão, fortalecendo os atores locais (ORTEGA, 2008). Existe, assim, um movimento, não de implantação, mas de incentivo e propagação, via de políticas públicas aplicadas combinando os modelos

predominantes anteriormente “de cima para baixo” (*top down*) com os modelos, atualmente identificados como primordiais ao desenvolvimento local, “de baixo para cima” (*bottom-up*), nos quais a sociedade local, de maneira participativa, elege e constrói seus projetos de desenvolvimento prioritários.

A lógica de apoiar os APLs parte do pressuposto de que diferentes sujeitos locais (empresários individuais, sindicatos, associações, entidades de capacitação, de educação, de crédito, de tecnologia, agências de desenvolvimento, entre outras) podem mobilizarem-se e, de forma coordenada, identificar suas demandas coletivas. Para tanto, devem acolher a metodologia para apoio aos APLs que estimula a construção de Planos de Desenvolvimento Participativos (PDP's) que envolvem as instituições locais e regionais. (COSTA, 2010, p.31)

Nesta perspectiva, de acordo com ORTEGA (2008), o território toma-se produto desta capacidade de cooperação entre atores locais, em prol de um projeto coletivo. O que se percebe, por fim, é uma ruptura com a tradição de planejamento e ação política – que se baseou no enfoque setorial, para uma nova abordagem: o da inclusão local no processo de flexibilização produtiva fortalecido pelo processo de globalização.

2 – Jaraguá como Território

Em Goiás, no fim de 2004, por força do Decreto 5.990/2004, sob coordenação da Secretaria de Ciência e Tecnologia do estado de Goiás, ocorreu a implantação da Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (RG-APL), um processo induzido nacionalmente com a criação do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL),

composto por 33 instituições governamentais e não governamentais – objetivando não a intervenção estatal na implantação dos referidos aglomerados, mas sim fomentando a organização empresarial do lugar (COSTA, 2010).

Conforme RG-APL (2007), existem cinquenta APLs presentes em Goiás, dentre estes cinco no setor de Confeções:

- Confeções da Região de Jaraguá;
- Confeções de Águas Lindas;
- Confeções de Moda Feminina de Goiânia e Trindade;
- Confeções Rio Verde;
- Confeções Sanclerlândia.

É importante observar que o APL de Confeções da região de Jaraguá possui uma particularidade frente aos outros quatro: sua localização. Situado a noroeste da capital, a região está fortemente vinculada à região norte, região do Estado que no decorrer de implementação de políticas de desenvolvimento, não foi devidamente atendida, em decorrência de concentração das políticas na região centro-sul. “A região centro-sul representa o centro dinâmico da economia goiana, pois concentra as principais unidades de processamento dos segmentos industriais” (PIRES, 2008, p.106). Assim, percebe-se que os recursos das políticas públicas se concentraram em algumas regiões do estado de Goiás, em detrimento de outras, prevalecendo as desigualdades regionais. Essa concentração também é abordada na assertiva de que “a concentração dos empreendimentos na Região do Mato

Grosso Goiano e no Centro Sul do Estado, tem levado a um crescimento desigual” (PASCHOAL, 2001, p.96).

O município de Jaraguá apresenta uma formação econômica de origem rural, através do cultivo do abacaxi. LEITE e OLIVEIRA (2007) destacam que a origem da atividade de confecções inicia-se em Jaraguá na década de 1970, por membros da família Pereira da Silva, que fundaram a SHARKS CONFECÇÕES. Esta família incentivou outros empreendedores da região a investir e atuar no setor de confecções. A expansão da atividade é intensificada pela rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1960.

Contudo, o grande marco da expansão da atividade ocorre no fim da década de 1980,

No final dos anos 1980, várias confecções de Jaraguá iniciaram o processo de pirataria. Confeccionavam peças com etiquetas de grifes famosas (Zoomp, Fórum, dentre outras). A mídia nacional, por pressão de empresas que se sentiram ameaçadas pelo alto percentual de falsificação na cidade, publicou uma série de matérias [...] o objetivo era expor os falsificadores e diminuir sua produtividade. Entretanto, ocorreu o contrário. Houve um aumento de clientes que buscavam tanto as marcas falsificadas, quanto as marcas próprias, ou mesmo, formas de terceirização de produção, uma vez que a mão-de-obra era de baixo custo e experiente. (LEITE e OLIVEIRA, 2007, p.700).

Mesmo com a criação da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá, ainda estão presentes na região empresas que falsificam grandes marcas, mas com os resultados crescentes de indicadores econômicos, apontam para uma redução de informalidade e legalidade, e, conseqüentemente, um fortalecimento das relações institucionais e do próprio APL. De acordo com CASTRO & BRITO (2006), o arranjo reduziu pouco a pouco a informalidade e a ilegalidade e o município foi se consolidando como um importante pólo de confecções na região. O dinamismo da atividade em Jaraguá estimulou a implantação de empresas confeccionistas nos municípios vizinhos, como São Francisco de Goiás, Itaguaru e Uruana.

O município de Jaraguá, com 41,87 mil habitantes³, a 110 quilômetros da capital do Estado, Goiânia, é definido por LEITE e OLIVEIRA (2007) como a cidade centro de um Arranjo Produtivo Local de confecções. Os municípios adjacentes pertencentes a este arranjo seriam, além de Jaraguá: São Francisco, Goianésia, Itaguaru, Uruana, conforme SEBRAE (2003), e representados na Figura 1.

³ CENSO 2010

Figura 1 – APL Confeções da Região de Jaraguá: Municípios participantes



Fonte: Elaborado pelos autores.

3 – Informações De Desempenho Econômico

Para uma apresentação do comportamento de indicadores que possam representar uma gama de fatores sócio-econômicos, a Tabela 1, apresenta uma súmula importante desses. Estes indicadores são parte do trabalho de divulgação do perfil

dos municípios goianos, realizado pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (Segplan-GO), através de seu Instituto de Pesquisas, o IMB – Instituto Mauro Borges, e disponível em seu sítio eletrônico.

Tabela1 – Jaraguá: Súmula de Indicadores - 1999 a 2012

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Número de Empregos Formais (RAIS)	2.758	2.779	3.397	3.617	3.701	4.237	4.532
Rendimento Médio (R\$ - RAIS)	263,49	259,89	295,75	322,71	357,42	392,46	477,77
Ligações de Água (número)		6.824	7.288	7.719	7.998	8.628	9.085
Salas de Aula - Total (número)		201	202	204	205	212	219
Alunos Matriculados		9.506	9.784	10.594	10.030	10.229	10.244
Receitas Correntes Total (R\$ mil)	7.579	7.004	10.480	12.462	13.351	15.652	18.996
Produto Interno Bruto a Preços Correntes - PIB (R\$ mil)	78.396,43	101.313,62	112.572,67	141.219,22	154.654,62	169.833,60	186.662,72
Produto Interno Bruto per Capita (R\$)	2.501,00	3.014,03	3.293,72	4.063,98	4.378,05	4730,61	5116,99
Consumidores de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	12.677
Densidade Demográfica	-	17,62	17,94	18,19	18,45	19,01	19,31
Total (habitantes) *	-	33.284	33.891	34.357	34.855	35.901	36.479

Tabela1 – Jaraguá: Súmula de Indicadores - 1999 a 2012 (continuação)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ %
Número de Empregos Formais (RAIS)	4.839	5.131	4.710	4.971	5.235	5.929	-	115,0
Rendimento Médio (R\$ - RAIS)	523,64	559,09	632,57	701,68	802,2	875,83	-	232,4
Ligações de Água (número)	9.291	10.062	10.621	11.244	11.882	12.555	13.228	93,8
Salas de Aula - Total (número)	234	217	219	248	255	250	258	28,4
Alunos Matriculados	10.514	10.455	10.201	10.163	10.445	10.163	10.231	7,6
Receitas Correntes Total (R\$ mil)	20.588	28.227	37.877	42.852	50.825	-	-	570,6
Produto Interno Bruto a Preços Correntes - PIB (R\$ mil)	212.291,66	253.061,53	287.945,99	299.513,66	347.088,88	-	-	342,7
Produto Interno Bruto per Capita (R\$)	5.729,41	6.494,09	7.020,68	7.170,20	8.286,12	-	-	231,3
Consumidores de Energia Elétrica	13.311	13.940	14.509	15.205	15.846	16.472	17.226	35,9
Densidade Demográfica	19,62	20,63	21,71	22,11	22,64	-	-	28,5
Total (habitantes) *	37.053	38.968	41.014	41.772	41.870	42.529	43.167	29,7

* População estimada para os anos de 2001 a 2006, 2008, 2009, 2011 e 2012. Por contagem para o ano de 2007 e Censitária para os anos de 2000 e 2010.
Fonte: IMB/SEGPLAN.

A última coluna da Tabela 1 indica a variação percentual das variáveis entre o primeiro e o último dado disponível. Percebe-se que não só os fatores econômicos – como comportamento do PIB e PIB per capita – apresentaram evolução positiva no município de Jaraguá, mas também os indicadores de ordem social: saldo de empregos formais, acesso à energia elétrica e ligações de água, revelando um possível cenário de expansão da região, e não só crescimento econômico, fato muito comum nas regiões periféricas que são inseridas no processo de industrialização. O número de empregos formais saltou de 2.758 (1999) para 5.929 (2011), variando positivamente em 115% no período e média anual de incremento de 7,2%. O número de consumidores de energia elétrica e de novas ligações de água também registrou expansões significativas. No primeiro caso, aumentou 35,9% no período compreendido entre

2005 e 2012 (média anual de 4,5%) e, no segundo caso, houve aumento de 93,8% no período entre os anos de 2000 e 2012, média anual de 5,7%. Quanto à expansão no número de salas de aulas, de 28,4% ao longo de 12 anos, foi menos significativo, assim como o número total de alunos matriculados que cresceu apenas 7,6% no período entre 2000 e 2012, podendo indicar evasão escolar ou baixa taxa de escolarização de seus habitantes, dado o crescimento da população que foi da ordem de 29,7% no mesmo período. Isto é preocupante quanto à reprodução do capital social, fator relevante para a perpetuação das vantagens comparativas locais e do desenvolvimento endógeno.

Outros indicadores importantes, presentes na Tabela 1, são os relativos ao crescimento econômico e às finanças públicas. O PIB saltou de R\$ 78,4 milhões, em 1999, para R\$ 347 milhões em 2010. Em que pese esses resultados sejam em

valores correntes, sua variação de 342,7% em 11 (onze) anos é muito expressiva. Como resultado, o PIB per capita saltou de R\$ 3.014,03 (1999) para R\$ 8.286,12 em 2010, registrando aumento de 231,3% no período. As receitas correntes do município apresentaram um crescimento ainda mais expressivo, mais do que quadruplicando no período 1999/2010, variando 570,6% ou 17,2% de crescimento médio anual. Nela, encontra-se boa parte do ICMS repassado pelo governo estadual, tendo em vista que uma parcela do ICMS arrecadado retorna ao município, conforme aumento da participação do município nas receitas totais de ICMS do Estado de Goiás. Tal crescimento na arrecadação de ICMS permite a administração pública financiar,

por meio de políticas públicas, o desenvolvimento local.

O ICMS também serve como indicador para demonstrar crescimento efetivo da formalidade, ou, de outra feita, redução da informalidade. Para confirmação deste aspecto, levantou-se, junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, informação sobre a emissão e circulação de notas fiscais⁴, no período de 2005 a 2009⁵. Estas informações foram apuradas de duas formas: classificadas por Setores estratégicos de acompanhamento de arrecadação⁶ e por Classe CNAE⁷.

Primeiramente, observando os setores estratégicos de arrecadação, seu comportamento, no período de 2005 a 2009, está disposto na Figura 2 abaixo.

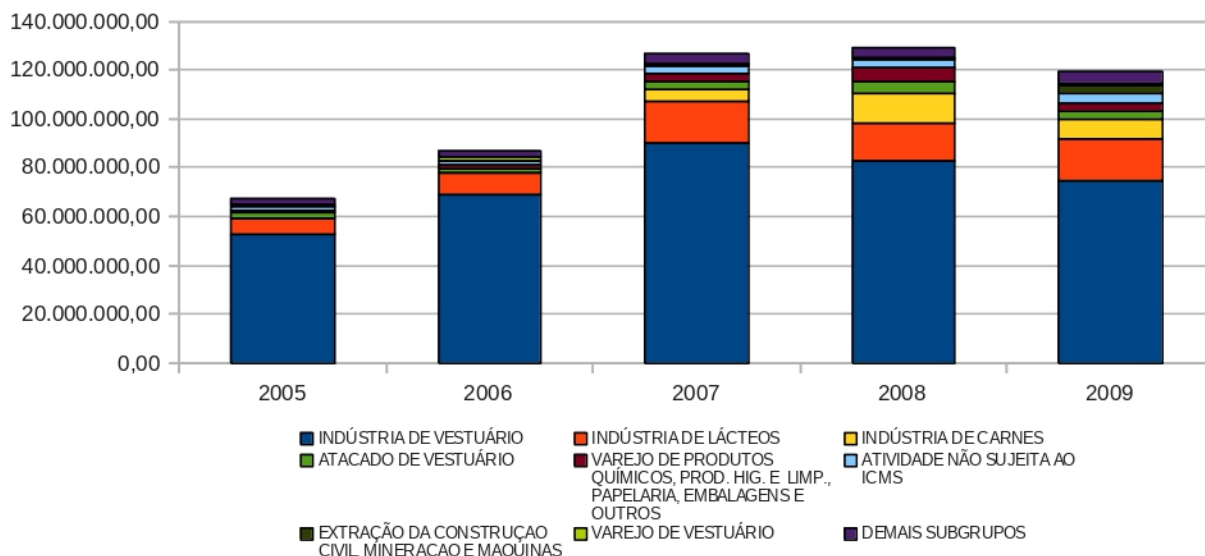
⁴ Para este estudo, os dados foram pesquisados junto à Secretaria da Fazenda de Goiás, especificamente no datawarehouse WEB INTELLIGENCE da BUSINESS OBJECTS as informações pertinentes ao SINTEGRA.

⁵ A escolha do período se dá por motivos de disponibilização de dados na base de informações na Sefaz-GO. Este banco de dados possui dados que representam uma série histórica mais representativa, por meio das informações declaradas na DPI dos contribuintes. Tal série não pode ser continuada para além dos anos de 2010 em razão da migração de dados do SINTEGRA para as EFD (Escrituração Fiscal Digital) e PGDAS (Programa Gerador de Documento Arrecador do Simples Nacional), ocorridas entre os anos de 2010/2011. As novas bases seguem outros padrões metodológicos, cujas bases, além de constituírem séries temporais muito curtas, são incompatíveis com a anterior. Soma-se a isto o fato do SINTEGRA ter tido descontinuada sua alimentação a partir de 2010.

⁶ Esta classificação composta por um agrupamento estratégico de atividades, criada pela Sefaz-GO, identificada como *subgrupos de atividades econômicas CNAE-Sefaz*. Essa classificação agrupa as classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) em 65 subgrupos formados por classes afins, para um acompanhamento estratégico, por parte da Sefaz-GO.

⁷ O CNAE é padronizado pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) que tem o objetivo de estabelecer e monitorar as normas e a padronização do sistema de classificações usadas no Sistema Nacional Estatístico e nos registros administrativos. Foi criada pelo Decreto 1264 de 11 de outubro de 1994, instalada em 25 de abril de 1995 e reinstalada em 9 de junho de 2000.

Figura 2 – JARAGUÁ: Setores estratégicos - Valor total de notas fiscais de saídas, 2005 a 2009



Fonte: Sefaz-GO.

Percebe-se, pela análise dos resultados da Figura 1, que o Setor descrito como “Indústria do vestuário” representa mais de 60% da movimentação financeira – via emissão de nota fiscal – no município de Jaraguá. Mesmo apresentando um ligeiro decréscimo nos anos de 2008 e 2009, o último ano apresenta um crescimento significativo, frente ao ano de 2005. Outro fator importante que a figura apresenta é que, a partir de 2006, os demais setores –

muitos destes não relacionados diretamente na cadeia produtiva de confecções – apresentam aumento de seus valores nominais.

Seguidamente a esta análise de setores estratégicos, avalia-se o comportamento das Classes CNAE. Na Tabela 2 é apresentada a variação nominal dos valores SINTEGRA dos anos de 2005 e 2009.


Tabela 2 - Jaraguá: Classes CNAE - Valor total de notas fiscais de saídas, 2005 a 2009

Classe CNAE Atual Remetente	Varição 2005-2009
Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas	45,98%
Fabricação de laticínios	162,41%
Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	9749,64%
Comércio Varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	213,34%
Comércio Atacadista de tecidos, artefatos e tecidos e de armarinho	9,23%
Lavanderias, tinturarias e toalheiros	109,09%
Extração de pedras, areia e argila	2078,43%
Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	39,99%
Comércio Atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	186,97%
Comércio varejista de artigos de vestuários e acessórios	330,98%
Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	49,63%
Comércio varejista especializado em tecidos e artigos de cama, mesa e banho	5065,99%
Fabricação de móveis com predominância de metal	90,14%
Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias	226,57%
Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral	27030,66%
Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	1567,05%
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	108,96%

Fonte: Sefaz-GO.

Na Tabela 2, acima, as variações demonstram que, tanto as classes envolvidas na produção do setor de confecções como as classes pertencentes a outros setores apresentaram variações consideráveis. É importante ressaltar que, esta variação não está ligada diretamente ao crescimento das atividades, mas ao aumento da emissão de notas fiscais. A significância dos números demonstra a possibilidade da ocorrência das duas situações: aumento financeiro das atividades e aumento da formalização – sendo que o segundo fator o faz em proporção superior ao primeiro.

O último indicador a ser lembrado no trabalho é referente às políticas de incentivos fiscais ao Setor da Indústria do vestuário. Como ressaltado anteriormente, o APL de Jaraguá está situado no extremo norte da região centro-sul. “Incentivos Fiscais são caracterizados pela redução de imposto concedida, visando à atração de indústria ou empresas para o estado de Goiás e são benefícios com o intuito de investimento” (PARANAIBA e MIZIARA, 2010, p.6). A política mais evidente, em Goiás, caracterizada como política de incentivo fiscal é o Programa PRODUZIR. Conforme ARRIEL (2010, p.50/51), Goiás



torna-se mais agressivo na atração de empreendimentos industriais com o PRODUZIR - Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – que teve como objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial em Goiás. Diversos projetos de concessão de benefícios e incentivos fiscais ou expansão de empreendimentos industriais foram concedidos⁸. O Programa também apresentou um objetivo social, para que esta expansão, modernização e diversificação do setor industrial fossem capazes de ter ênfase na geração de emprego e renda, e, na redução das desigualdades sociais e regionais.

O que fica identificado, neste primeiro momento, seria a formação de um aglomerado que apresenta os traços indicativos de um território, por ação de iniciativa dos atores locais, com a participação do Estado como indutor desta formação a partir da combinação de estratégias *top down* com *bottom-up* mostrando a sobrevivência e o fortalecimento das atividades econômicas iniciais, assim como o maior enraizamento (*embeddedness*) das relações sociais no território, demonstrado tanto pelos expressivos resultados econômicos da última década, como por alguns dos indicadores sociais, os quais respaldam maior consolidação no desenvolvimento da região, o que aponta para o sucesso da

experiência de desenvolvimento endógeno do Território de Jaraguá.

Considerações Finais

O trabalho teve como objetivo analisar o desenvolvimento do município de Jaraguá, levando em consideração que o mesmo abriga um APL de Confeccões – Arranjo Produtivo Local.

Tendo em vista que a região geográfica onde se situa o município – noroeste do Estado - está deslocada das áreas de maior dinamismo e desenvolvimento do Estado, quais sejam, as regiões centro-sul e sudoeste, há que se ter melhores explicações para o crescimento e desenvolvimento verificados pelo município.

Tendo como referencial teórico o debate em torno do uso do enfoque territorial nas políticas de desenvolvimento, buscou-se averiguar se o desenvolvimento consistentemente apresentado por Jaraguá, no período analisado, pode ser atribuído ao capital social, suporte fundamental para engendrar desenvolvimento endógeno local? Alguns indicadores sociais demonstraram crescimento satisfatório e sustentável, acompanhados de crescimento econômico, bem como do crescimento das atividades relacionadas às confeccões.

Em razão do certo grau de subjetividade da

⁸ Entre os anos 2001 e 2009 foram contratados 554 projetos de concessão de benefícios fiscais para implantação ou expansão de empreendimentos industriais.⁸ Estes projetos somaram R\$ 9,6 bilhões e R\$ 62,5 bilhões em incentivos concedidos, dos quais 218 já foram implementados e o restante está em processo de implantação (CASTRO et al, 2009, *Apud* ARRIEL, 2010, p.50)

análise, não é possível afirmar categoricamente que o município de Jaraguá é detentor de capital social que justifique o desenvolvimento verificado. Contudo, é possível, pelas evidências da análise, garantir que a combinação de políticas do tipo *top down*, Programas FOMENTAR e, sobretudo PRODUZIR, com as de tipo *bottom-up*, baseadas na descentralização e envolvimento da comunidade local, mais disseminadas no Estado a partir da implantação de orçamentos participativos e da maior participação de associações locais, sinalizam para o sucesso alcançado pelo município de Jaraguá no que tange à sustentabilidade recente de seus

patamares de crescimento, bem superiores às médias de outros municípios que, inclusive, abrigam outros APL. Portanto, é possível concluir que há, no mínimo, uma forte indicação de que o município foi capaz de promover o desenvolvimento endógeno da região, podendo e devendo ser aplicado ao mesmo o enfoque territorial para suas políticas de desenvolvimento, considerando sua região de influência. Fica, no entanto, um alerta: o fraco indicador de crescimento vinculado às matrículas escolares pode ser indicativo de enfraquecimento do capital social da região nos últimos anos, sendo um risco aos avanços já conquistados do município e região de influência.

Referências Bibliográficas

AMIN, A.; THRIFT, N. **Globalization, institutions, and regional development in Europe**. Oxford University Press, 1995.

ARRIEL, M. F. **Perfil Produtivo e Dinâmica Espacial da Indústria Goiana (1999-2007)**. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do séc XXI**./George Benko; tradução: Antônio de Pádua Danesi. - 3.ed. - São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

CASSIOLATO, J.E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M.L. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará-IE/UFRJ, 2003.

CASTRO, S. D. BRITO, L. **Dinâmica Produtiva da Indústria de Confeções de Vestuário em Goiás**. Revista Conjuntura Econômica, n.º 7, fev. 2006. SEPLAN, Goiás, 2006.

COSTA, W.P. **Arranjos produtivos e inovativos locais enquanto estratégia de política para o desenvolvimento do estado de Goiás**. Conjuntura Econômica Goiana, n.13. Goiânia: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do estado de Goiás, 2010, 49p.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves – São Paulo, Editora Loyola, 1992.

IPEA. Olhares sobre a cidade e a região. In: **Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada: diagnóstico e políticas de redução das desigualdades regionais**. Ipea – Brasília, DF: Ipea, 2010, v.2, 340p.

LEITE. T.S.; OLIVEIRA. M.I.L. **A inovação em arranjos produtivos locais: o caso de Jaraguá.** Estudos, Goiânia, v.34, n.9/10, p.695-711, set/out. 2007.

MOHAR, A. **Políticas de desarrollo y ordenamiento territorial.** Bogotá, Seminario de Experts sobre Biocombustibles: oportunidades, desafios y políticas, 5 a 7 de marzo de 2008.

ORTEGA, A.C. **Territórios Deprimidos: Desafios Para As Políticas De Desenvolvimento Rural.** Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

PARANAIBA.A.C.; MIZIARA. F.; **Indústria do Agronegócio e Renúncia Fiscal em Goiás.** In: XLVIII Congresso SOBER, 2010, Campo Grande. 48º Congresso SOBER, 2010.

PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa. **O papel do FOMENTAR no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999).** 125p. Dissertação (mestrado em Economia). UFU. Uberlândia, MG, 2001.

PIRES, Murilo José de Souza. **As implicações do processo de modernização conservadora nas**

estruturas e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás. 134p. Tese (doutorado em desenvolvimento econômico) UNICAMP. Campinas, SP, 2008.

PUTNAN, R. **Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2000.

RG-APL. Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. **Panorama dos APLs de Goiás.** Relatório Semestral da Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. Goiânia: SECTEC, 2007. mimeo.

SEBRAE. **Mapeamento das aglomerações produtivas especializadas de Goiás: identificação e caracterização de APL potenciais do Estado de Goiás.** Goiânia: Sebrae, 2003.

SILVA, Manuel Gomes da. **Incentivos fiscais como instrumento do planejamento tributário no estado de Goiás.** 139p. Dissertação (mestrado em engenharia) UFSC. Florianópolis, SC, 2002.